

CLASSE, IDEOLOGIA E O TRABALHISMO

Márcia de Paula Leite

Coleção Cadernos CEDEC Nº 8 1987

I- Classe social e Consciência de classe na Teoria Marxista

Qualquer tentativa de estudo sobre as classes sociais na teoria marxista se depara com problemas que precisam ser considerados de antemão, a fim de que se tenha consciência das dificuldades que se apresentam para esse tipo de trabalho.

Primeiramente, há que considerar que o fato de Marx não ter chegado a completar o capítulo de O Capital, dedicado especialmente ao tema das classes sociais e de não se encontrar em parte alguma do conjunto de suas obras, uma definição exaustiva das classes levou os marxistas a procurarem compreender o significado das classes sociais para Marx, nas referências que ele fez a elas no decorrer de sua obra, o que gerou uma movimentada polêmica em torno do assunto.

Por outro lado, convém notar que o conceito de classes apresenta uma ambiguidade no interior do pensamento marxista, a qual se liga, por sua vez, a uma tensão presente no tratamento que Marx dá a sua teoria geral da história e da sociedade.

Dessa forma, para podermos discutir o conceito das classes sociais, seria necessário partirmos de alguns

conceitos centrais do marxismo, que fundamentam sua teoria geral da história e da sociedade.

Um dos conceitos fundamentais da teoria marxista é o de modo de produção, que se refere à forma através da qual os homens obtêm seus meios materiais de existência. O modo de produção supõe, por seu turno, dois tipos de relações:

1) A relação que os homens estabelecem com a natureza para produzir seus meios de existência. Essa relação é captada pelo conceito de forças produtivas que designa a capacidade que os homens possuem de obter certa produtividade com ajuda de seus conhecimentos e técnicas, num determinado momento.

2) As relações que os homens estabelecem entre si no processo de produção, que Marx denomina de relações sociais de produção.

A combinação desses dois elementos, forças produtivas e relações de produção, constitui a matriz econômica de todo modo de produção e é inclusive no pensamento marxista, um dos elementos determinantes na transformação social, na medida em que em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção existentes. Nesse sentido de formas e-

volutivas das forças produtivas que eram anteriormente, as relações de produção vão se transformar em seu entrave a partir de seu próprio desenvolvimento, conforme Marx desenvolve em vários momentos de sua obra, como por exemplo no Prefácio à Contribuição da Economia Política e no Manifesto do Partido Comunista.

E é aí que nos deparamos com a tensão existente no interior do pensamento marxista a que nos referimos anteriormente, na medida em que se leva em conta a importância que Marx dá também ao papel das classes no processo de transformação social. Essa tensão se expressa então na noção das classes sociais como motor da história, ao lado da concepção que vê no desenvolvimento das forças produtivas o elemento fundamental do processo de transformação social.

E, como não poderia deixar de ser, essa ambiguidade vai se expressar também claramente no conceito das classes sociais, conforme veremos a seguir.

Em sua conhecida carta a Weydemeyer, Marx assinalou como uma de suas principais contribuições a demonstração de que "a existência das classes está unida a determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção"; (1) estabelecendo o princípio básico para a definição do

estatuto teórico das classes sociais. Com efeito, a firmar que a existência das classes está unida a determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção equivale a dizer que as classes são efeitos específicos de determinados modos de produção, o que Marx vai desenvolver ao analisar os modos de produção classistas. Estes seriam os modos de produção nos quais existe a propriedade privada dos meios e ou agentes de produção (homens, terras, ferramentas, máquinas, etc...) e onde as relações sociais se organizam em torno a um mecanismo fundamental de exploração: relações entre amos e escravos no modo de produção escravista, entre senhores feudais e servos no modo de produção feudal, entre burgueses e proletários no modo de produção capitalista.

De acordo com esta concepção, as classes aparecem, portanto, como efeitos da matriz econômica de certos modos de produção sobre os agentes sociais, tendo inclusive Marx escrito no prólogo à primeira edição de O Capital que "os fazendeiros ou os capitalistas não são mais que a personificação" de certas categorias econômicas" (2). E é aqui que reaparece novamente a ambiguidade do pensamento marxista a que nos referimos anteriormente, expressa agora no conceito de classe: à noção de classe como efeito da estrutura econômica se opõe a concepção de classe como ator social.

Embora Marx insista em vários momentos de sua produção na importância da luta de classes na história da humanidade, há também em sua obra uma definição objetiva da classe referida à organização das relações de produção na sociedade considerada e inteiramente independente de

qualquer atividade dessa classe. Essa tensão torna-se clara se compararmos obras como "Luta de Classes na França" e "Guerra Civil na França" em que Marx reconstrói a história a partir da própria ação da classe com "O Manifesto do Partido Comunista", onde a ação da classe passa a segundo plano em relação ao desenvolvimento das forças produtivas, chegando Marx a colocar a burguesia como agente passivo e inconsciente do progresso da indústria.

(3)

Essa concepção de classe tem sua base na diferenciação que Marx faz da classe social constituída a nível econômico e a nível político, que aparece claramente na passagem que se segue de "O 18 Brumário de Luis Bonaparte":

"Os pequenos camponeses constituem uma massa monstruosa, cujos membros vivem na mesma situação, mas sem entrarem em múltipla relação entre si. Seu modo de produção isola-os a um intercâmbio mútuo. O isolamento é aumentado pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão de trabalho, nenhuma aplicação de métodos científicos, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa individual quase basta a si mesma, produz imediatamente ela mesma a maior parte de seu consumo e consegue, assim, os meios de subsistência mais em trocas com a natureza do que em intercâmbio com a sociedade. A pequena propriedade, o campones e a família; ao lado

outra pequena propriedade. outro camponês, outra família. Uma ninhada disso constitui uma aldeia e uma ninhada de aldeias constitui um departamento. Assim, a grande massa da nação francesa é formada através da simples adição de grandezas homólogas, assim como batatas em um saco de batatas. à medida que milhões de famílias vivem sob condições existenciais - econômicas que separam o seu modo de vida, seus interesses e sua formação cultural das outras classes e as antepõem hostilmente, elas constituem uma classe. À medida que entre pequenos camponeses existe apenas uma conexão local e a mesmidade de seus interesses não cria entre eles nenhuma comunidade, nenhuma ligação nacional e nenhuma organização política, eles não constituem uma classe". (4)

Conforme se pode notar, nesse texto Marx enfatiza que os camponeses parcelários constituem uma classe social a nível econômico posto que estão colocados em uma mesma situação estrutural que objetivamente os opõe a outras classes da respectiva formação social, ao mesmo tempo que a outro nível, que é o político, esses camponeses não constituem uma classe.

No mesmo sentido vai esta outra análise de Marx sobre a classe operária na "Miséria da Filosofia":

"A grande indústria aglomera num lugar um grande número de pessoas que não se conhece entre si. A concorrência as divide por interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que elas têm contra o seu patrão, as reúne num mesmo pensamento de resistência - coligação. Assim a coligação sempre tem uma

uma finalidade dupla, a de fazer cessar a concorrência entre elas para poderem fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se a primeira finalidade da resistência era só a manutenção dos salários, à medida que os capitalistas por seu turno se reúnem com o fito da repressão, as coligações, inicialmente isoladas, se formam em grupos, e em face do capital sempre unido a manutenção da associação se torna mais importante para elas do que a do salário. Tanto isto é verdade que os economistas ingleses estão completamente admirados de ver os trabalhadores sacrificarem uma boa parte do seu salário em favor de associações que, aos olhos destes economistas, só foram estabelecidas em favor do salário. Nesta luta - uma verdadeira guerra social - se reúnem e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha por vir. Uma vez atingido este ponto, a associação assume o caráter político.

Primeiro as relações econômicas transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim esta massa já é uma classe frente ao capital, mas não ainda para si mesma. Na luta, da qual não assinalamos senão algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que ela defende se tornam interesses de classe" (5)

Ainda que nessas obras o tema seja tratado em análises históricas concretas e não de forma teórica geral, é sobre essa base que se apoia a diferenciação dos concei

tos de "classe em si" e "classe para si" utilizados para designar respectivamente a constituição da classe a nível econômico e a nível político, ou seja, para designar as classes sociais como efeito da matriz econômica de um determinado modo de produção sobre os agentes da produção e as classes sociais como sujeitos históricos, capazes de atuar sobre as estruturas e transformá-las; sujeitos que se tornam tais através da luta de classes.

Embora o uso marxista apropriado e majoritário da classe seja o de categoria histórica, a classe como categoria estática tem ocupado também setores muito influentes do pensamento marxista. De acordo com essa concepção de um modelo estático das relações de produção capitalistas derivam-se as classes que têm que corresponder ao mesmo e a consciência que corresponde às classes e suas posições relativas, devendo portanto ser objetivamente definida. É nesse sentido que a consciência de classe deve ser definida como a consciência do verdadeiro papel que deve desempenhar historicamente uma classe de acordo com seu ser, o que justifica as concepções de falsa e verdadeira consciência de classe, tais como desenvolvidas por Lukacs em sua célebre obra "História e Consciência de Classe". É também sobre essa base que se apóia a concepção leninista de partido desenvolvida em "Que Fazer?", construída a partir da função que Lenin assinala à vanguarda política que consiste justamente em promover a passagem da classe em si para classe para si. Partindo do princípio de que o proletariado, se deixado a si próprio, só atingiria a consciência sindicalista e não de seu verdadeiro papel histórico, Lenin estabelece uma fá

cil justificação para a política de substituição, ou seja, de que a vanguarda sabe melhor do que a própria classe quais devem ser os verdadeiros interesses e consciência desta.

Cabe assinalar que essa concepção da classe como derivada da estrutura tem como decorrência uma concepção finalista da história, marcada pela crença na inevitabilidade da revolução operária. Evidentemente a concepção teleológica da história é inerente à noção de que os verdadeiros interesses do proletariado podem ser definidos aprioristicamente em relação a suas lutas.

A crítica a essas posições vem sendo desenvolvida recentemente por Polantzas em O Estado, O Poder e O Socialismo, (6) onde o autor nega a idéia de uma estrutura econômica exterior ou prévia às classes sociais e suas lutas, ao afirmar que as classes sociais não se colocam em si nas relações de produção para entrar na luta enquanto classes para si somente depois ou noutra lugar.

Mas é talvez em Thompson que a crítica a essas posições tem mais se aprofundado a partir da construção de um conceito baseado em princípios bastante distintos, conforme desenvolveu em A Formação Histórica da Classe Trabalhadora e no texto La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases sin Clases? (8)

Para ele as determinações objetivas não se sobrepõem a um material desnudo e em branco, mas a seres históricos ativos e conscientes. Nesse sentido, aquilo a que Thompson denomina as formações de classe emergem e se desenvolvem conforme homens e mulheres vivem suas relações produtivas

e experimentam suas situações determinadas, dentro do conjunto de relações sociais, com sua cultura e expectativas herdadas e conforme manejam estas experiências em formas culturais. Certamente isso significa que nenhum modelo pode dar-nos o que deveria ser a verdadeira formação de classe para certa etapa do processo.

A partir daí, Thompson insiste na classe como um processo. É a partir da noção de experiência que a estrutura é transmutada em processo e o sujeito é reinserido na história. Posto que as pessoas não estão nunca realmente agrupadas em classe, a pressão determinante exercida por um modo de produção na formação das classes não pode ser facilmente expressa sem que se faça referência a algo assim como uma experiência comum. É no seio desta experiência vivida aonde a consciência social se molda e com ela a disposição de atuar como classe.

É portanto, a partir da noção de experiência que Thompson recoloca para o conceito de classe a noção de ator social. E essa noção é inteiramente recuperada a partir do entendimento de que a classe se forma através da luta de classes, participando do próprio processo de sua constituição. É nesse sentido que Thompson afirma que a luta de classes precede às próprias classes e que a classe operária inglesa se fez a si mesma da mesma maneira como foi feita. Isso significa que Thompson não localiza a essência da classe apenas em posições estruturais, mas em relações: as relações de exploração, conflito e luta que proporcionam o impulso aos processos de formação de classe.

Evidentemente, a diferença dessa concepção de classe

em relação ao conceito baseado na diferenciação das noções de classe em si e classe para si é bastante grande. Da mesma maneira ela se afasta dos conceitos de falsa e verdadeira consciência, através do tratamento que Thompson dá à noção de hegemonia.

Com efeito, grande parte de seus trabalhos têm se dirigido contra a opinião de que a hegemonia é unilateral e completa, impondo uma dominação global sobre os dominados, chegando até o umbral de sua experiência e implantando em suas mentes desde o nascimento, categorias de subordinação das quais são incapazes de despojar-se e que sua experiência é incapaz de corrigir. Dessa forma, Thompson critica a tendência existente na teoria marxista no sentido de identificar hegemonia com a total absorção das classes dominadas pela ideologia e dominação cultural das classes dirigentes, de maneira que a construção de uma cultura contra-hegemônicas e o estabelecimento da hegemonia da classe trabalhadora deve ser obra de intelectuais de espírito livre.

Para Thompson hegemonia não é sinônimo de dominação de uma classe e submissão de outra. Pelo contrário, a hegemonia encarna a luta de classe e leva a marca das classes subordinadas, sua auto-atividade e sua resistência. Sua teoria da classe se propõe permitir o reconhecimento de formas de consciência popular imperfeitas ou parciais como expressões autênticas da classe e da luta de classes, válidas em suas circunstâncias históricas, ainda que sejam "errôneas" do ponto de vista do desenvolvimento posterior.

Sua concepção de classe se coloca também nessa medida,

contrária a uma concepção teleológica da história, aproximando-se da idéia de história aberta desenvolvida por Walter Benjamin, (9) à qual se baseia, mais na crença das massas do que numa concepção finalista da história.

Esta discussão, adquire uma enorme pertinência teórica quando se pensa na análise dos movimentos sociais hoje, na medida em que ela recoloca a questão da constituição dos sujeitos. E isso porque se o conceito de classe a partir da estrutura homogeniza a classe e sua atuação nas instituições como partido e sindicato, o conceito de classe enquanto ator social vai ao encontro de um sujeito necessariamente fragmentado e heterogêneo que se constitui ao longo do processo de emancipação.

Se não podemos mais conceber uma utopia positiva como uma meta histórica fixa, a ser atingida através de mecanismos pré-estabelecidos, devemos, pelo contrário, imaginá-la como um processo longo e sinuoso de emancipação, cujo desfecho é desconhecido. Consequentemente o sujeito seria, conforme afirma Tilman Evers, "um sujeito não encontrável no começo mas, que aparecerá apenas no hipotético final do processo". (10). E a nível da ciência seria esse caminho em si o importante a ser recuperado e analisado, acentuando o desabrochar das potencialidades do sujeito no processo de suas lutas e não sua adequação a um modelo de atuação social construído a priori.

É a partir dessa concepção que procedemos a seguir à análise da relação dos trabalhadores brasileiros com a ideologia do trabalhismo no período de formação do PTB.

II - A Ideologia do Trabalhismo

O trabalhismo consiste numa ideologia que foi sendo

constituída e difundida desde o início do governo de Getúlio Vargas e que expressava fundamentalmente o esforço desenvolvido pelo presidente no sentido de exaltar suas obras sociais, identificando-as como fruto de sua bondade e capacidade pessoal.

Nesse sentido, vale lembrar que a ideologia que o governo Vargas procurou transmitir desde seu início agiu no sentido de descaracterizar a luta que os trabalhadores travaram pelo reconhecimento de seus direitos. Apresentando a legislação trabalhista como tendo sido outorgada, a ideologia tratou de ignorar as iniciativas dos trabalhadores a esse respeito, as quais foram particularmente intensas desde o início do século até meados dos anos 30. Dessa forma, a ideologia do trabalhismo compunha-se de um conjunto de idéias transmitidas pelo governo aos trabalhadores que buscava apagar da memória operária a história de suas lutas.

É assim que o governo tratará de frisar sempre o caráter de concessão da legislação trabalhista, procurando fixar uma imagem paternalista de Getúlio:

"Tendes uma legislação que vos foi concedida sem nenhuma exigência, imposição ou pressão de qualquer ordem, mas espontaneamente. E isso é exatamente o que constitui o traço predominante que nos coloca, em matéria de legislação social, acima de todos os países. O que se chama de reivindicações trabalhistas não foram jamais obtidas em qualquer país como estão sendo aqui verificadas. No Brasil não há reivindicações nesse assunto. Há concessões. Concessões do governo aos eficientes colaboradores, que são os trabalhadores,

quer braçal, quer intelectual" (11).

A imagem de Getúlio como a de um grande estadista benevolente e protetor dos trabalhadores, aparece assim, como o eixo central da ideologia. De acordo com ela, não só o operariado deve tudo o que conseguiu ao espírito benevolente do "grande estadista", mas mais do que isto, deve a ele sua própria existência.

As palavras de Ivete Vargas em entrevista fornecida ao CPDOC em 1979 é uma expressão cristalina dessa ideologia:

"Então o trabalhador sabia que antes de 30 ele não tinha garantia no emprego, não tinha horário de trabalho, não tinha a menor estabilidade, não tinha direito algum. Ele trabalhava dependendo dos patrões que eram todo-poderosos e que escorropichavam ao máximo o trabalhador. Ele sabia que antes de 30 ele, que tinha nascido pobre e sem garantias, estava entregue totalmente ao seu destino, sem nenhum amparo da sociedade, do governo, da nação; que ele passava uma vida trabalhando nas condições mais desfavoráveis, e que quando ficava doente, sofria algum acidente ou ficava velho, virava um pária à margem da sociedade, sem amparo, sem garantia e sem coisa nenhuma. Então, o trabalhador tem consciência de que ele foi incorporado realmente à sociedade brasileira graças à legislação social que Getúlio Vargas propiciou aos trabalhadores do Brasil... O que o trabalhador registrava era que naquele instante ele era um homem que quando tinha um emprego, tinha horário de trabalho, tinha salário mínimo, tinha a previdência social que lhe propiciou uma assistên-

cia médica, tinha seguro de acidente, tinha perspectiva de aposentadoria, enfim, ele passou a existir..."

(12)

O mito da doação teve seu momento mais significativo a partir de 1942 quando Marcondes Filho desenvolverá, como Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Vargas, um esforço fundamental para o fortalecimento da ideologia do trabalhismo. Através de inúmeros discursos dirigidos aos trabalhadores e de palestras semanais na Hora do Brasil programa mantido à época pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, Marcondes Filho promoverá intensa propaganda das obras realizadas por Getúlio Vargas, ressaltando seu gênio político, assim como sua capacidade em prever antecipadamente as necessidades dos trabalhadores. Ocultando sempre a luta de classes e o papel do proletariado na conquista de seus direitos, o Ministro frisava constantemente a capacidade de antevisão do ditador, conforme se destaca no discurso dirigido publicamente a Getúlio Vargas no 1º de maio de 1942:

"Ser amigo é pensar e dedicar-se, espontaneamente, aos interesses alheios, esquecer do que é seu para defender o que é dos outros, sacrificar-se pelo bem estar do próximo. V. Excia. é o nosso maior e verdadeiro Amigo em toda a profunda beleza deste termo sagrado porque, Chefe de Estado, não esperou que lhe fôssemos bater à porta para requerer prerrogativas, pleitear direitos ou clamar justiça, como aconteceu com outros povos. Presentindo as nossas necessidades e compreendendo os nossos anseios, pressuroso desceu até as planícies, arrostou perigos, venceu obstáculos e dominou

acontecimentos para cancelar meio século de "desídia", adiantou o relógio do tempo, inaugurou uma época e fundou uma civilização instituindo um regime que outorgou ao abandonado e esquecido proletariado brasileiro uma legislação social que assegurou e enobreceu o trabalhador, beneficiou homens, mulheres e crianças." (13)

Getúlio é apresentado assim como o grande estadista, protetor dos trabalhadores; como o gênio político capaz de resolver os problemas dos trabalhadores antes mesmo que eles tenham sentido a necessidade de reivindicar soluções. Negando a existência da luta de classes no Brasil, o Ministro considera que devido à capacidade de antecipação de Vargas, os trabalhadores devem depositar em suas mãos o próprio destino, conferindo ao Estado tanto a capacidade de solução de seus problemas, como de mediação entre os interesses do capital e do trabalho.

Nesse sentido, a teoria se complementa com a proposta de colaboração entre as classes e de intermediação do Estado com vistas a garantir a harmonia entre o capital e o trabalho:

"O Estado, entre nós, exerce a função de juiz nas relações entre empregados e empregadores, porque corrige excessos, evita choques e distribui equitativamente vantagens." (14)

Será portanto, através dessa ideologia que coloca nas mãos do Estado o papel de defensor das classes populares que se buscará justificar a intromissão do Estado nas relações entre trabalhadores e patrões, tal qual passará a se dar no Brasil desde o início dos anos 30, através da

adoção do sindicalismo de Estado.

III - O Trabalhismo e as Massas Populares

O apoio das massas trabalhadoras a Getúlio, assim como ao PTB em 1945 são um indicador da penetração da ideologia do trabalhismo junto às massas populares.

Seria necessário considerar, entretanto, que ao que tudo indica, os trabalhadores não assimilam a ideologia integralmente, mas fazem uma leitura seletiva da mesma, na qual o discurso oficial é ao mesmo tempo assimilado e reinterpretado. Com efeito, a imagem de que não existe contradição entre capital e trabalho, mas sim harmonia entre as classes é quebrada com a própria virulência do movimento grevista que aparece de forma pronunciada com os primeiros acenos de redemocratização já em 1944, para se intensificar a partir de 1945. (15)

Iniciando-se com uma greve no setor de transportes do Rio Grande do Sul em março/abril de 1944, o movimento grevista cresce e se generaliza rapidamente para alcançar nos dois primeiros meses de 1945 o número de pelo menos 30 greves só em São Paulo e Santo André. Um aspecto importante a considerar nesses movimentos é que os trabalhadores organizam comissões e vão em massa diretamente aos empregadores ignorando quase que invariavelmente a Delegacia do Trabalho e os sindicatos.

Em maio de 1945, São Paulo já vive um clima de greve geral. Nos setores têxtil e metalúrgico ocorreram greves gerais na capital; pararam ainda a São Paulo Railway, todos os frigoríficos, a Good Year, as fábricas de chapéus, as indústrias químicas e farmacêuticas, além de algumas

empresas gráficas e de cerâmicas. O patronato já se referia a um clima de "revolução social" e pedia que se reconhecessem os direitos mínimos ao movimento de trabalhadores, ciente que estava da impossibilidade de continuar a repressão pura e simples como o principal instrumento de contenção das reivindicações trabalhistas.

Em muitas empresas, primeiro os operários param as máquinas para depois, através de comissões aparentemente improvisadas, levarem aos patrões suas reivindicações. Pe-de-se em geral 50% de reajuste sobre todos os salários. Em alguns casos, o sindicato é procurado pelos grevistas, mas o procedimento mais comum é o inverso - os dirigentes sindicais buscam as oficinas paralisadas, oferecendo sua intermediação.

A partir de maio a tendência parece ter sido a reprodução, nos diversos estados (e inclusive no interior paulista) da mesma sequência de fatos: greve espontânea (e por vezes selvagens); negociações envolvendo autoridades não ligadas à Justiça do Trabalho e diretorias sindicais, paralelamente ou não à repressão policial.

Em dezembro a questão do abono do Natal vai propiciar uma imensa agitação, pela primeira vez de âmbito nacional, e o ano de 1946 começa com a luta salarial dos textéis e metalúrgicos de São Paulo encaminhadas através de paralisações espontaneamente iniciadas a partir das empresas. A 23 de janeiro eclode a greve nacional dos bancários num momento de retomada de intensa agitação trabalhista, explicitada por greves que ocorriam desde o Ceará até o Rio Grande do Sul.

É portanto através de um intenso movimento de contestação que os trabalhadores se colocam na cena política como

atores sociais que acreditam na importância de sua própria ação, contradizendo dessa forma aspectos fundamentais da ideologia do trabalhismo.

Em primeiro lugar, ao lutar por seus direitos de forma firme e decidida, os trabalhadores contestam a imagem paternalista e benevolente de Vargas, a quem a ideologia imputa a capacidade de prever e resolver todos os anseios dos trabalhadores, recolocando em suas próprias mãos a capacidade de solucionar seus problemas. Por outro lado, ao se lançar na luta pela conquista de melhores condições de vida e de trabalho, os trabalhadores contestam na prática a proposta da ideologia do trabalhismo de colaboração entre as classes através da intermediação do Estado. Partindo para o confronto direto com o patronato e dirigindo a ele suas reivindicações, o proletariado põe a nú o conflito entre o capital e o trabalho, ao mesmo tempo que dispensa a atuação do Estado na mediação desse conflito. Esse caráter das lutas desenvolvidas no período é de extrema importância inclusive se **se leva** em consideração que os trabalhadores desprezaram as associações vinculadas ao Estado, como os sindicatos oficiais, preferindo agir via de regra através de associações autônomas, criadas por eles próprios no sentido de encaminhar suas lutas e absolutamente desvinculadas do Estado, como foram as comissões de vários tipos criadas no surto grevista. Essas associações são ao mesmo tempo um testemunho de que os trabalhadores não confiavam nos sindicatos oficiais e uma demonstração de sua capacidade de auto-organização, independentemente do Estado.

Nesse sentido, as próprias lutas encaminhadas pelo mo-

vimento operário são uma demonstração de que o discurso oficial passa por um processo de reelaboração pelos trabalhadores. Tendo em vista as batalhas desencadeadas pelos trabalhadores, parece-nos que o que é assimilado da ideologia é a afirmação de seus direitos, historicamente negados pelas classes dominantes brasileiras, muito mais do que o aspecto da doação. O próprio esforço dispendido no decorrer das lutas é uma demonstração de que eles têm noção da necessidade de sua ação na afirmação desses direitos e, mais do que isso, a maneira como as lutas foram encaminhadas é um testemunho da consciência dos trabalhadores de que a conquista desses direitos depende apenas deles mesmos.

Notas:

- (1) Marx a Joseph Weydemeyer in C. Marx e F. Engels, Obras Escogidas, Tomo II, Editorial Ayuso, Madrid, 1975.
- (2) Prólogo à Edição de O Capital, in Karl Marx, O Capital, Vol. I, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- (3) Karl Marx e Frederick Engels, Manifesto do Partido Comunista, São Paulo, Editora Escrava 1968, parte I - Burgueses e Proletários.
- (4) Karl Marx, O 18 Brumário de Luis Bonaparte in Karl Marx, o 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, pg. 115 e 116.
- (5) Karl Marx, A Miséria da Filosofia, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1976, pg. 163 e 164.
- (6) Nicos Poulantzas, El Estado, El Poder, El Socialismo, Siglo Veinteuno, 1979.
- (7) Edward Thompson, La Formacion Historica de la Classe Obrera, Editorial Laia, Barcelona, 1977.
- (8) Edward Thompson, "La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases sin Clases" in Tradicion, Revuelta y Cons ciência de Clase, Editorial Crítica, Grupo Editorial Grijalbo, Barcelona, 1979.
- (9) Gagnebin, Jeanne Marie, Walter Benjamin, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- (10) Evers, Tilman, "Identidade: A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais", in Novos Estudos Cebrap, vol. 2, nº 4, abril de 1984, pg. 19.
- (11) Carone, Edgard, A Segunda República, São Paulo, DIFEL, 1974, pg. 227.

(12) Entrevista de Ivete Vargas ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

(13) Filho, Marcondes, Trabalhadores do Brasil. Rio de Janeiro, Edição da Revista Judiciária, 1943, pg. 32 e 83.

(14) ídem, pg. 18.

(15) As informações que se seguem sobre as greves do período baseiam-se fundamentalmente em Sílvio Frank Além, Os Trabalhadores e a Democratização, tese de mestrado, UNICAMP, 1983 e em Ricardo Maranhão, Sindicatos e Democratização, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.